

Fatores Determinantes da Trajetória do Consumo no Brasil Pós Plano Real

Área Temática: Marketing

AUTOR

PAULO EDUARDO MOLEDO PALOMBO

Universidade Presbiteriana Mackenzie

edupalombo@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar se as mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico, viabilizadas pelo Plano Real, tiveram algum tipo de influência no padrão de consumo dos brasileiros. Para tanto, é feita uma análise quantitativa por meio de tabelas e do uso da econometria de painel, da evolução do consumo no Brasil nas últimas décadas e de seus principais determinantes, evidenciando o sucesso do plano em baixar e manter baixa a inflação após uma série de planos fracassados. O consumo é uma das variáveis fundamentais da macroeconomia, pois afeta o comportamento da economia como um todo. A estabilização da economia permitiu a restauração dos mecanismos de crédito, como o alargamento dos prazos de pagamento e a facilidade de obtenção. Os dados analisados sugerem que o consumo privado caiu no decorrer dos anos 80, como reflexo do período recessivo que o país estava vivendo. Entretanto, a partir da estabilização, viabilizada pelo Plano Real, o consumo privado segue uma trajetória ascendente. Como resultado significativo, temos, a partir de 1995, a tendência ascendente do consumo, devido ao favorecimento da população de baixa renda, que não tinha acesso a instrumentos de proteção contra a constante perda do poder de compra, além da restauração dos mecanismos de crédito, que beneficiou todas as classes de renda.

Abstract

This study aims to identify whether the changes in the macroeconomic environment, enabled by the Real Plan had any influence on the consumption pattern of the Brazilians. For this, an analysis is made quantitative through the use of tables and panel econometrics, the development of consumption in Brazil in recent decades and its main determinants, highlighting the plan's success in lowering and maintaining low inflation after a series of plans failed. Consumption is one of the fundamental variables of macroeconomics, it affects the behavior of the economy as a whole. The stabilization of the economy allowed the restoration of credit facilities, as the extension of payment deadlines and easily obtained. The data suggest that private consumption fell during the 80 years, reflecting the recession that the country was living. However, from the stabilization, enabled by the Real Plan, private consumption follows an upward trajectory. As a significant result, we have, since 1995, the upward trend in consumption due to the advantage of low-income families who had no access to instruments of protection against the steady loss of purchasing power, besides the restoration of credit facilities that benefited all income classes.

Palavras-chave: Consumo; Plano Real; Estabilidade Monetária.

Introdução

O consumo é uma variável fundamental na macroeconomia, tendo influência em diversos agregados econômicos como, por exemplo, investimento, gastos do governo e poupança. No curto prazo desempenha papel vital na determinação da demanda agregada, e no longo prazo é essencial para o crescimento econômico sustentado.

Diversos economistas já trataram o tema, dentre eles, Keynes (1936), para o qual, o consumo exerce grande influência na formação das expectativas dos empresários, que tomam suas decisões levando em conta a demanda como objetivo final da produção.

O Brasil enfrentou durante décadas elevadas taxas de inflação, chegando a patamares de mais de 2.000% a.a em 1989. Diante deste ambiente, a incerteza passa a distorcer as decisões de consumo dos indivíduos, resultando em conseqüências para as demais variáveis macroeconômicas.

O ano de 1994 é considerado um marco histórico para economia brasileira. Foi o início de um plano que mostraria eficácia no combate à inflação e criaria diretrizes para a retomada do crescimento econômico. É possível verificar que nos últimos anos o consumo representa mais de 70% do PIB.

Considerado para alguns autores como um dos instrumentos mais eficazes de combate à recessão, o consumo tem papel relevante no crescimento econômico, o que justifica seu estudo e das mudanças determinantes para um novo padrão de consumo no Brasil após o Plano Real.

O presente trabalho será estruturado da seguinte forma: primeiro será apresentada uma introdução. Na segunda seção, será discutida a importância da variável consumo a partir da evolução das teorias de consumo, dando ênfase ao modelo de Hall-Flavin (1978-81) que insere o papel das expectativas racionais na Teoria da Renda Permanente. Além disso, será feito um breve histórico da trajetória do consumo no Brasil ao longo dos últimos 20 anos e de seus determinantes. Já na terceira seção, será realizada uma análise das políticas adotadas durante o Plano Real, buscando identificar uma possível mudança nas expectativas dos agentes econômicos. Na terceira seção, serão analisados os dados e os principais resultados econométricos. Por fim, na quarta seção, serão apresentadas as conclusões do trabalho.

Consumo: variável fundamental da macroeconomia - Evolução das Teorias de Consumo

O consumo é o único objetivo e propósito de toda a produção; ao passo que o interesse do produtor deve ser atendido somente na medida em que possa ser necessário promover o interesse do consumidor. O princípio é tão óbvio que seria absurdo tentar demonstrá-lo. (SMITH, 1983, p.126). O consumo é uma das variáveis fundamentais da macroeconomia, pois afeta o comportamento da economia como um todo. No curto prazo desempenha papel na determinação da demanda agregada, e no longo prazo é essencial para o crescimento econômico. (MANKIWI, 1992, p. 297).

A moderna análise do consumo, iniciada por Keynes, sugeria uma relação de dependência entre consumo e renda de um indivíduo, que tende a poupar a diferença entre a sua renda e os seus gastos com consumo. Segundo Keynes (1936), um aumento na propensão marginal a consumir resulta no crescimento da demanda agregada e como conseqüência uma ampliação dos investimentos. Visto que as decisões de produção dos empresários dependem das expectativas em relação à demanda, há uma elevação no nível de produto e de emprego da economia.

No modelo de Keynes (1936), o consumo além de ser função da renda disponível, também depende de fatores objetivos e hábitos subjetivos, ou seja, as decisões dos indivíduos podem variar por diversos motivos. A lei psicológica fundamental estabelece que o nível de

consumo não aumenta, nem diminui na mesma proporção das variações da renda (propensão marginal a consumir é constante), devido ao fato de que os indivíduos tentam manter um padrão de consumo estável. Porém, quanto menor a renda, mais próximo da subsistência é o padrão de consumo (propensão média a consumir é decrescente em relação à renda).

O ponto fundamental da crítica de Keynes (1936) consiste na idéia de que a expectativa do empresário em relação à demanda é que determina a oferta, contrariando a Lei de Say que se baseava no fato de que para haver demanda é preciso antes ter oferta. Keynes (1936) supõe que as expectativas de curto prazo são sempre satisfeitas, uma vez que são necessárias razões fortes para que ocorram mudanças.

Por outro lado, Simon Kusnetz (1946) publicou um estudo mostrando que para curto prazo a relação entre consumo e renda é contra-cíclica, ou seja, cai quando a economia está em expansão e aumenta quando a economia está em contração. Entretanto, no longo prazo a relação é bastante estável, contrariando o modelo de Keynes (1936), que poderia ser utilizado para explicações de curto prazo.

Já Fisher (1989) faz uma análise intertemporal do consumo. Neste modelo, os indivíduos vivem dois períodos, são racionais, podem consumir mais ou menos do que ganham através de mecanismos de poupança e despoupança e não deixam herança, nem dívidas. A partir de análises chega-se a conclusão de que os indivíduos preferem consumir no presente a esperar para consumir no futuro. Só valerá a pena esperar para consumir no futuro, se a utilidade do bem for maior que os juros para dispor do consumo no presente. O consumo é uma função de decisões intertemporais, contrapondo-se a teoria de Keynes (1936) que explica o consumo como uma função da renda.

Para Modigliani (1963), por sua vez, o indivíduo possui um padrão de renda esperado e distribui este recurso ao longo de toda a vida através da poupança e despoupança, a fim de manter um padrão de consumo estável. Desta forma, as flutuações na renda não teriam impacto nas decisões de consumo, e sim na poupança.

Friedman (1957) complementa o modelo do Ciclo de Vida de Modigliani (1963), formulando a Teoria da Renda Permanente (TRP). A renda de um indivíduo é formada por dois elementos: renda permanente e renda transitória. De forma a manter um nível de consumo estável, os indivíduos se baseiam na renda permanente para tomar as decisões de consumo e utilizam a renda transitória para manter o consumo constante, por meio de mecanismos de poupança e despoupança.

Recentemente, alguns autores como, por exemplo, Hall (1978), Sargent (1978) e Flavin (1981), baseados nas idéias de Lucas (1981), incorporaram as expectativas racionais à Teoria do Ciclo de Vida e Teoria da Renda Permanente.

A hipótese das expectativas racionais está baseada na idéia de agentes maximizadores de satisfação e que, portanto, otimizam a utilização de toda a informação recebida. Ou seja, não formam expectativas olhando somente para as variáveis correntes e/ou passadas, também levam em conta variáveis futuras. (CARVALHO, 2007, p.127). Assim sendo, os consumidores utilizariam toda a informação disponível na economia para preverem suas rendas futuras e decidirem seu padrão de consumo.

Segundo Hall (1978), o consumo segue um passeio aleatório, isto é as variações são imprevisíveis. A melhor previsão para o consumo futuro é o consumo presente, então, a renda corrente não ajudaria a prever o mesmo. Somente mudanças inesperadas na renda, preços ou qualquer outra variável importante deslocariam o consumo da trajetória delineada.

Como os consumidores se baseiam na renda permanente e nas expectativas racionais para manter um padrão estável ao longo do tempo, as variações no consumo seriam resultado de “surpresas”. Neste contexto, mudanças inesperadas nas políticas econômicas vão influenciar o padrão de consumo. Portanto, as autoridades monetárias podem influenciar as expectativas dos indivíduos, e como conseqüência as suas decisões. Muitas vezes torna-se

difícil saber como a adoção de determinadas políticas afetará a demanda agregada. (MANKIW, 1992, p. 311)

Flavin (1981), por sua vez, utilizou a terminologia “sensibilidade excessiva” do consumo à renda corrente para designar a resposta do consumo às alterações na renda corrente. O consumo reagiria tanto às variações na renda permanente quanto na renda corrente. Isto porque, como a renda futura é incerta, as decisões de consumo dos agentes são revisadas quando novas informações são disponibilizadas.

Se o consumo é proporcional à renda permanente, e esta, por sua vez, é a melhor estimativa da renda ao longo da vida, dada as informações disponíveis no momento, então o consumo corrente deveria ser diferente do consumo do período anterior, uma vez que os agentes estão constantemente revisando suas previsões e, conseqüentemente a renda permanente na qual se baseiam.

Em resumo, Flavin (1981) desenvolve um modelo no qual o papel da renda corrente é fundamental, pois a mesma fornece novas informações sobre a renda futura e, assim, causa mudanças na renda permanente. Nesta análise, o consumo responderia às alterações na renda permanente que, por sua vez, seriam causadas por variações renda corrente, como consequência dos agentes reverem suas expectativas sempre que novas informações são disponibilizadas.

Fatores determinantes do consumo

Considerando a influência da variável consumo sobre os diversos agregados macroeconômicos, é necessário o estudo dos seus fatores determinantes: tributação, crédito, inflação e câmbio.

A política tributária tem influência direta no crescimento da economia, no curto prazo através do efeito sobre as finanças públicas, e no longo prazo por meio dos seus impactos sobre a poupança e investimentos (NETO e SOUZA, 2003, p. 6).

O sistema tributário brasileiro é marcado pela alta tributação do consumo e da renda do trabalho e menor tributação do capital, o que acarreta perdas no bem-estar, além de “reforçar os problemas de distribuição de renda” (LOPREATO, 2002).

Com base na análise de Neto e Souza (2003), contata-se que no Brasil a tributação do consumo é bastante elevada, mesmo quando comparada com países em desenvolvimento (em geral apresentam alta tributação do consumo), e tem por consequência a distorção das escolhas dos consumidores, “podendo comprometer o desempenho de longo prazo da economia” (NETO e SOUZA, 2003, p. 18).

É possível perceber a volatilidade nas alíquotas como resultado de mudanças na política fiscal. Além disso, a partir de 1994, com o Plano Real, o sistema tributário brasileiro segue uma tendência crescente como forma de financiamento do déficit público. Em 1984, por exemplo, a alíquota de tributação do consumo foi de 20,8%, enquanto que em 1995 foi de 42,6%. (NETO e SOUZA, 2003, p. 18).

Durante a década de 70, a baixa tributação do capital era vista como forma de incentivo ao fortalecimento da indústria nacional e a entrada de capital, uma vez que tal imposto está diretamente ligado aos custos de investimento. Esta tendência permanece: a tributação do capital é baixa devido à existência de isenções e regimes especiais. Por outro lado, a tributação do consumo continua alta.

Assim como a tributação, o crédito tem papel fundamental no financiamento da economia. Schumpeter (1978), por exemplo, demonstra que o crescimento econômico sem o crédito é quase impraticável. Para ele, este era essencial ao empreendedor, tornando-o capaz de realizar novas combinações de fatores.

Neste contexto, os bancos assumem uma importante função dada à sua capacidade de criar crédito. A abordagem pós-keynesiana, retoma a idéia de Keynes (1973) de que os bancos decidem entre liquidez e rentabilidade, e que de tal escolha depende a oferta de moeda na economia.

Baseados nas expectativas em relação à economia, os bancos determinam a composição de seus portfólios. Quando as expectativas em relação à economia forem positivas, optam por rentabilidade, elevando prazos e submetendo-se a maiores riscos. Se forem pessimistas optam pela liquidez como saída ao futuro incerto, e assim, diminuem a oferta de crédito aos seus clientes.

Desta forma, os bancos desempenham papel vital no ciclo econômico, pois podem contribuir para o crescimento econômico na fase expansionista do ciclo, e piorar a situação nas fases de declínio. Isto porque é de acordo com a percepção em relação à economia definem a expansão ou contração de crédito. Segundo a Teoria da Renda Permanente (TRP) de Friedman (1957), o crédito é um importante instrumento utilizado pelos agentes na tentativa de manter um padrão de consumo estável.

Após a implantação do Plano Real o Brasil experimentou a queda significativa das taxas de inflação. Com este novo contexto, tornou-se possível a restauração dos mecanismos de crédito como, por exemplo, o alargamento dos prazos de pagamento e facilidade na obtenção (ALÉM e GIAMBIAGI, 1997, p. 4). Apesar das altas taxas de juros e medidas restritivas do Banco Central, o crédito expandiu-se no período.

Entretanto, a partir de 1995, tais medidas restritivas acompanhadas do aumento das taxas de inadimplência impactaram negativamente a oferta de crédito ao setor privado (BACHA, 1997, p.97). Além disso, o contágio da crise mexicana, em 1995, e o aumento da dívida pública a partir de 1997 fizeram com que os bancos voltassem a agir como nos períodos de alta inflação: restringindo o crédito e aumentando as aplicações em títulos públicos (OLIVEIRA, 2004).

O trabalho de Campbell e Mankiw (1989) considera dois tipos de agentes: uma parte consome segundo a TRP e a outra parte consome com base na renda corrente, provavelmente devido à restrição ao crédito.

Gomes (2003) conclui que a série de consumo agregado no Brasil, no período de 1947 a 1999, contraria a hipótese da TRP. O resultado é compatível com o estudo de Reis et al. (1998), segundo o qual cerca de 80% da renda pertence a consumidores restritos ao crédito. Desta forma, os agentes seguem a regra de bolso, isto é, consomem baseado na renda corrente devido à restrição à liquidez, afetando a formação de poupança interna e reduzindo a resposta do consumo a variações na taxa de juros (GOMES e PAZ, 2004, p. 40).

É importante ressaltar que em uma situação na qual grande parte da população está restrita ao crédito, por um lado, políticas que afetam a taxa de juros têm efeitos reduzidos sobre o consumo e, por outro lado, políticas com o objetivo de reduzir a restrição ao crédito podem ter efeitos consideráveis sobre o consumo (REIS, 2005, p.35).

A restrição ao crédito surge tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda. Em Portugal, por exemplo, no final da década de 80 a restrição de liquidez era de cerca de 70%. Nos anos 90, esse número se reduziu a 40%, condizente com a liberalização do mercado financeiro e redução da taxa de juros. Porém, percebe-se que nos últimos anos, as altas taxas de desemprego e o baixo crescimento da economia portuguesa afetaram a expectativa dos agentes, levando ao aumento da restrição do lado da procura (CASTRO, 2006, p. 78).

Fazer escolhas é essencialmente difícil, sobretudo em um ambiente inflacionário. De acordo com Hall (1978), os agentes buscam maximizar sua função de bem-estar, que neste cenário consistiria em privilegiar o consumo presente.

Os agentes passam a ter a percepção de que a moeda se desvalorizará, assim perdem a referência ao efetuarem seus gastos. A expectativa de uma inflação maior será refletida na

preferência por consumo presente, resultando na aceleração dos gastos das pessoas e, portanto, na queda da propensão marginal a poupar. Já a expectativa de inflação menor fará com que os agentes optem por liquidez. De uma forma geral, a inflação comprime a preferência pela liquidez e causa uma corrida por bens materiais (RANGEL, 1978).

A economia brasileira conviveu durante décadas com elevadas taxas de inflação. O que se observou foi o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos de proteção como, por exemplo, a poupança (ALÉM e GIAMBIAGI, 1997, p.4), mostrando que os efeitos da incerteza sobre o consumo não foram comuns: deparados com um ambiente de incerteza, os agentes passaram a privilegiar o consumo futuro em detrimento do consumo presente.

Durante os anos 80 e meados dos anos 90, período em que as taxas de inflação chegaram aos patamares mais elevados, verificou-se o aumento nas taxas de poupança não acompanhadas por maiores níveis de investimentos (REIS *et al.* 1998, p. 233).

Numa economia aberta, o mercado doméstico recebe a influência dos mercados internacionais através da taxa de câmbio. Esta, por sua vez, tem importantes relações com o nível de preços. De forma direta, o nível de preços provoca variações na taxa de câmbio, influenciando a competitividade dos produtos domésticos, que podem ficar mais caros ou mais baratos em comparação com os produtos estrangeiros.

De forma indireta, as variações na taxa de câmbio afeta o uso de matérias-primas importadas utilizadas na produção de bens domésticos, reduzindo ou aumentando seus preços. Por outro lado, também influencia a troca por similares importados e, assim, a demanda agregada.

No Brasil, a taxa de câmbio desempenhou papel fundamental durante o Plano Real. O objetivo principal do plano era o combate à inflação, para tanto foi adotado o regime de âncora cambial, entendido como condição básica para a manutenção da estabilidade de preços. Isto porque, somado à abertura comercial, a taxa de câmbio estimularia transformações estruturais e ganhos de produtividade, resultando em produtos internacionalmente competitivos. Além disso, cessaria o problema da inflação importada.

Trajectoria do consumo no Brasil

Na maioria dos países, o consumo é uma das variáveis macroeconômicas de maior importância, pois é fundamental para o crescimento sustentado. No Brasil, por exemplo, é possível verificar que nos últimos anos o consumo representa mais de 70% do PIB. A partir dos anos 50, o Brasil se deparou com uma trajetória crescente da inflação, exceto na segunda metade da década de 60. As taxas de inflação partiram de 10% a.a no começo dos anos 50, chegando a patamares de 2013% a.a em 1989.

Após diversas tentativas de reversão do processo inflacionário, em dezembro de 1979, ocorreu o primeiro fracasso da tentativa heterodoxa de estabilização. Foram pré-fixadas taxas de desvalorização cambial e de juros em níveis mais baixos que a inflação esperada, resultando num forte crescimento do consumo privado e na elevação das taxas de inflação. (REIS *et al.*, 1998, p. 242)

O começo da década de 80 foi marcado pelo retorno das políticas de cunho ortodoxo, com o receituário tradicional de controle da demanda agregada através do aumento das taxas de juros e cortes nos gastos do governo. Percebe-se uma relação entre o aumento nos níveis de poupança privada e aceleração do processo inflacionário, sugerindo que apesar do ambiente de incertezas macroeconômicas, os agentes econômicos postergavam o consumo e poupavam mais, mesmo o comportamento esperado ser a preferência pelo consumo presente. Essa elevação da taxa de poupança privada, em 1981, pode ser resultado tanto do aumento das taxas de juros quanto das incertezas em relação à recessão que se fazia sentir. (FONSECA e MURAMATSU, 2008).

Nos anos subsequentes, foram implantadas políticas de ajustamento da dívida externa, como por exemplo, a maxidesvalorização em 1984, aprofundando o processo inflacionário e tornando a economia cada vez mais indexada.

Em 1986, foi anunciado o Plano Cruzado, que fracassou na tentativa controlar a inflação através da política de congelamento de preços e de desindexação da economia. Neste período, a combinação de taxas de juros reais negativas e valorização cambial causou uma explosão do consumo.

Nos dois anos seguintes, foram lançados, nas mesmas bases do Plano Cruzado, dois outros planos heterodoxos de estabilização: Plano Bresser, em 1987, e Verão, em 1989. Ambos resultaram em aceleração do processo inflacionário, além de “fortes oscilações nas taxas reais de câmbio e de juros, instabilidade da atividade econômica e aumentos de concentração na distribuição de renda” (REIS *et al.*, 1998, p.243).

O Plano Collor, de dezembro de 1989, trazia consigo a bandeira da modernização. Combinava medidas fiscais e monetárias ortodoxas com políticas de rendas heterodoxas como, por exemplo, congelamento de preços e desindexação dos salários. Com o controle dos agregados monetários somado do congelamento de preços, esperava-se interromper o processo inflacionário.

Porém, foi vista uma queda passageira da inflação, mesmo com o bloqueio dos ativos financeiros, e a abertura comercial muito mais tímida do que se falava, apesar da adoção do regime de câmbio flutuante e início do processo de liberalização do comércio exterior.

Ao contrário do plano Cruzado, Bresser e Verão, nos quais o congelamento causou uma forte expansão da demanda, o plano Collor se deparou de um lado com a retração da produção, já que o choque monetário tornou escasso o capital de giro para as empresas. De outro, uma expansão na demanda por bens de consumo devido ao aumento real dos salários junto com a perda de confiança nos ativos financeiros, ou seja, em vez de manter a riqueza na forma de ativos financeiros, os agentes passaram a mantê-la sob a forma de ativos reais, como bens de consumo duráveis (YAKANO, 1991, p. 151).

A partir da segunda metade da década de 1990, o Plano Real conseguiu com sucesso estancar o processo inflacionário, permitindo aos indivíduos prever a renda futura e, assim, poder decidir entre consumo presente ou futuro.

Apesar das taxas de juros reais elevadas, foi observado um boom do consumo das famílias, relacionado tanto com a redução das incertezas macroeconômicas e também da expansão do endividamento privado (REIS *et al.*, 1998, p. 244).

O Plano Real favoreceu as camadas com renda mais baixa da população com alta propensão marginal a consumir, que não tiveram como alternativa instrumentos financeiros para se proteger das perdas inflacionárias. Essa demanda reprimida somada do alargamento dos prazos e acesso mais fácil ao crédito, a despeito de medidas de controle do governo, resultaram na trajetória ascendente do consumo privado (ALÉM e GIAMBIAGI, 1997, p.4). Outra razão para o boom do consumo foi que a poupança tornou-se menos atrativa como instrumento de proteção contra a variação dos preços dos ativos reais. Assim, com a inflação em patamares baixos, ocorreu um aumento da demanda de bens de consumo duráveis.

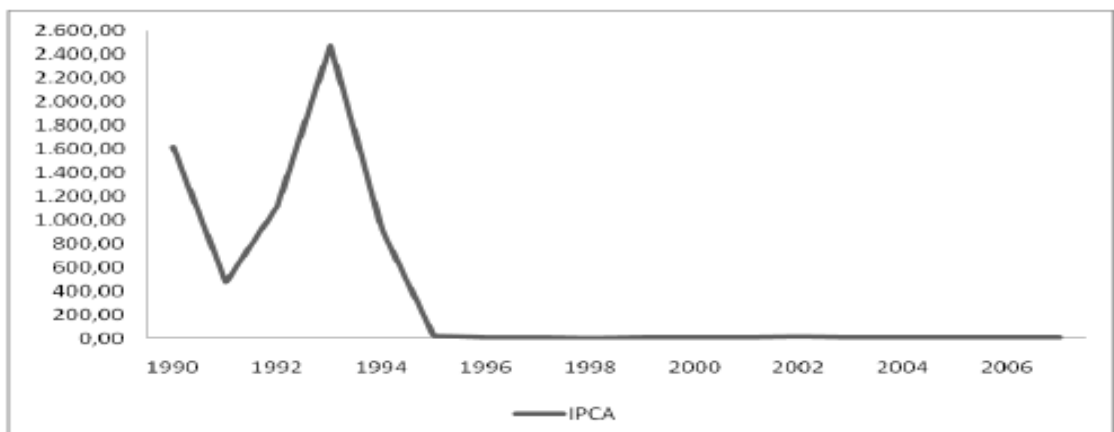
Vale ressaltar que os planos de estabilização brasileiros carregam um ponto em comum: a deficiência no ajuste fiscal. E assim como todos os outros programas, o Plano Real deixou uma série de lacunas para serem resolvidas, mas segundo Bacha (1997) diferentemente dos planos anteriores, este foi bem-sucedido em baixar as taxas de inflação e, principalmente, em mantê-las baixas.

Tabela 1 - Evolução dos índices de Inflação

Ano	IPCA	IGP-M
1990	1.620,97	458,38
1991	472,7	1.174,67
1992	1.119,10	2.567,34
1993	2.477,15	1.246,62
1994	916,46	15,24
1995	22,41	9,19
1996	9,56	7,74
1997	5,22	1,79
1998	1,66	20,1
1999	8,94	9,95
2000	5,97	10,37
2001	7,67	25,3
2002	12,53	8,69
2003	9,3	12,42

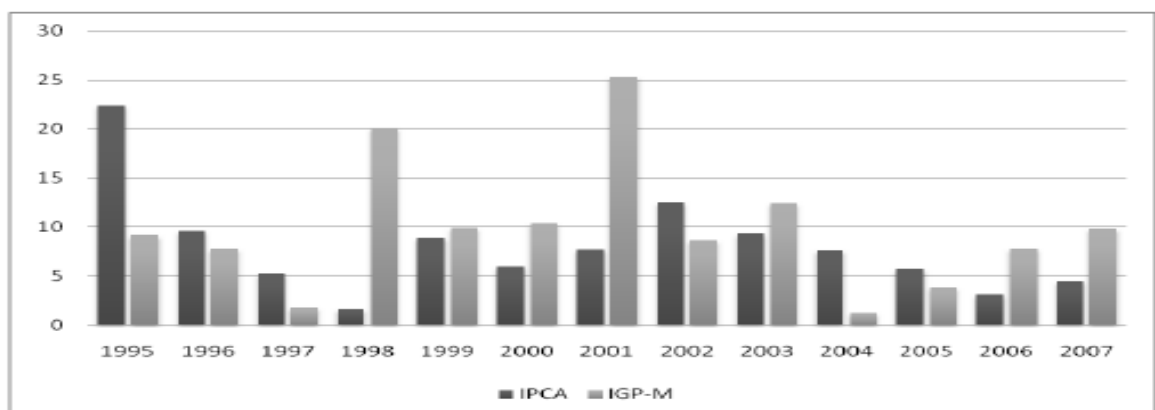
Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br)

Gráfico 1 - Evolução do IPCA



Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br)

Gráfico 2 - Evolução dos índices de Preços após o Plano Real



Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br)

A tabela 1 e os gráficos 1 e 2, apresentados acima, mostram a evolução dos índices de preços ao longo da década de 1990, evidenciando a redução a partir do Plano Real.

Em resumo, o consumo privado caiu ao longo dos anos 80, como resultado do período de recessão. Entretanto, a partir da estabilização conquistada com o Plano Real, o consumo privado passa a apresentar uma trajetória crescente (ALÉM e GIAMBIAGI, 1997, p.3).

Estudos recentes, como os de Gomes (2005) ou Reis *et al.* (1998), investigam a possibilidade de haver restrição ao crédito, que no curto e longo prazo se torna uma restrição à evolução do consumo. Ao restringir o crédito, os consumidores passam a basear suas decisões de consumo na renda corrente de cada período, invalidando a Teoria da Renda Permanente.

Os autores sugerem que no Brasil, grande parte dos consumidores toma decisões de consumo baseados na renda corrente, pois estão restritos ao crédito, enquanto outra parte tentar manter um padrão estável conforme a Teoria da Renda Permanente. Desta forma, se existisse crédito, choques na renda não afetariam imediatamente o consumo. Porém, se as decisões de consumo são baseadas na renda corrente, políticas econômicas que afetam a renda terão impacto direto no consumo (GOMES *et al.*, 2005, p. 54).

O Plano Real

Após uma série de planos fracassados, já era consenso que a estabilização dependeria de uma reforma monetária, assim como da desindexação e ataque a problemas fundamentais no que tange à questão fiscal. O Plano Real marcou uma nova etapa na economia brasileira, obtendo sucesso em reduzir e manter baixas as taxas de inflação.

O Plano foi implantado em três fases: o primeiro estágio consistia em um ajuste fiscal, denominado de Plano de Ação Imediata. O segundo introduziria uma unidade de conta estável, a Unidade Real de Valor (URV), e o terceiro instituiu uma nova moeda, o Real, a uma taxa de câmbio semi-fixa com o dólar.

O Plano de Ação Imediata dava total ênfase no controle das contas públicas, identificado como “causa fundamental da inflação crônica do Brasil” (BACHA, 1997, p. 18), através de cortes no orçamento. Ocorria no caso brasileiro o efeito Oliveira-Tanzi ao contrário: enquanto os impostos eram protegidos contra a inflação, as despesas eram determinadas em termos nominais, isto é, a inflação gerava um imposto inflacionário ao Tesouro Nacional. Nesse sentido, se a inflação cessasse, o déficit nominal seria igual ao déficit operacional.

Também foi adotado um programa de reforma monetária, no qual a estratégia adotada consistia na “introdução de um mecanismo de neutralização da inércia inflacionária” (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003, p. 195). Seria criada uma unidade de conta estável, a URV, cujo valor seria estabelecido diariamente pelo Banco Central com a taxa de inflação verificada. Todos os contratos de preços e salários seriam convertidos em múltiplos dessa unidade, “assegurando aos agentes econômicos que não haveria quebra de contratos” (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003, p.195). Quando todos os contratos tivessem sido convertidos, esta unidade passaria a se chamar Real: a nova moeda não-indexada, com paridade cambial de R\$ 1,00/US\$ 1,00.

A política econômica dava total ênfase na manutenção da inflação em patamares baixos. Para tanto foi adotado um regime de câmbio semi-fixo com base administração de bandas flutuantes. Porém, a política monetária ficou para segundo plano, já que para manter o câmbio valorizado, na maior parte das vezes é necessária uma contração monetária, principalmente diante de choques externos (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003, p.196).

O Brasil foi afetado por pelo menos três choques de países emergentes: crise mexicana, asiática e russa. Como resposta, promovia o aumento da taxa de juros em defesa do regime cambial. Esse aumento teve consequência sobre as contas públicas, criando uma

espécie de ciclo vicioso: “a própria piora do déficit causava uma redução na confiança do país, que se refletia em maior prêmio de risco, maiores juros e ulterior agravamento da crise fiscal” (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003, p.199).

No final de 1998, a situação fiscal se tornou insustentável graças à deterioração de dois componentes: despesa com juros e déficit primário. Se por um lado, a política econômica adotada entre 1994 e 1998 foi bem sucedida em manter a estabilidade, por outro, o desequilíbrio fiscal e dívida externa tornavam impraticável a retomada do crescimento.

A partir de 1998, com a assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil passou por importantes mudanças nos regimes fiscal, monetário e cambial. No âmbito fiscal, o déficit havia aumentado significativamente, com destaque para as despesas com juros da dívida, sobretudo após as crises internacionais, resultando no aumento das taxas de juros em defesa do regime de âncora cambial entendido até então como condição básica para a manutenção da estabilidade de preços. Foram, no fim de 1998, criadas metas de superávits primários para estabilizar a relação Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e PIB (GIAMBIAGI, 2002), baseadas na elevação das receitas enquanto as despesas continuaram crescendo.

A âncora cambial foi essencial para a o alcance da estabilidade de preços. Porém, a política monetária tornou-se subordinada à manutenção deste regime. Graças à taxa de câmbio valorizada, houve a deterioração do saldo de transações correntes pelo crescimento das importações, além de “passivos externos na forma de dívida e capital produtivo” (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003, p. 202), devido à economia mais aberta. Foi adotado o regime de câmbio flutuante sujo, tornando possível o ajuste na conta corrente, que refletiu positivamente no saldo do balanço de pagamentos, observado na figura abaixo:

A política monetária ganhou maior importância e passou a funcionar, um pouco depois da adoção do câmbio flutuante, com base no regime de metas de inflação. Neste regime, o Banco Central deve perseguir a meta estabelecida pelo governo e a política monetária passa ter o único objetivo de alcançá-la. O comprometimento institucional e a credibilidade são indispensáveis para que os agentes percebam o compromisso das autoridades monetárias, possibilitando a redução da incerteza quanto à inflação futura (CARVALHO *et al.*, 2000, p.139).

Em resumo, é possível notar que as mudanças supracitadas tiveram papel decisivo na retomada do crescimento da economia brasileira e na consolidação da credibilidade. Segundo Além *et al.* (1997), após a introdução do Plano Real, verifica-se uma trajetória crescente do consumo. A queda nas taxas de inflação colocou “o consumidor no comando das ações” (FRANCO, 1999, p. 297) além de favorecer a população de baixa de renda contra as perdas inflacionárias.

Percebeu-se na economia como um todo o aumento da propensão marginal a consumir. Os efeitos puderam ser sentidos através do aumento da demanda por bens de consumo e por automóveis, resultado da reestruturação dos mecanismos de crédito (ALÉM e GIAMBIAGI, 2007, p. 4). Atualmente, segundo dados do IBGE, o consumo segue uma trajetória ascendente e pode ser considerado o componente de maior influência no PIB do Brasil, representando mais de 70%.

É importante ressaltar que apesar do alcance da estabilidade de preços ter tido custos elevados, resultando em déficit público e dívida externa, as mudanças ocorridas a partir do Plano Real criaram possibilidades para economia brasileira. Se por um lado conseguimos importantes conquistas, fica claro que ainda perduram diversos desafios a serem enfrentados.

Metodologia

A questão central vigente no presente trabalho é demonstrar o impacto das políticas adotadas a partir do Plano Real sobre o consumo no Brasil. Desta forma, as séries utilizadas são compostas por dados anuais entre 1980 e 2008, retiradas do IPEADATA.

As análises foram feitas pelo modelo *Least Squares Dummy Variable Model* (LSDVM) através do software STATA, sendo realizadas as correções necessárias. Para testar a influência do Plano Real, foi introduzida no modelo uma variável *dummy*.

Não serão analisados dados de 2008 em diante, por ter havido uma quebra estrutural na série temporal do consumo brasileiro, por conta dos efeitos da crise financeira e imobiliária dos Estados Unidos.

O modelo econométrico utilizado para estimar os efeitos do Plano Real no consumo foi:

$$Y_t = \alpha + \beta_1 \cdot \text{Real} + \beta_2 \cdot \text{Receita Tributária} + \beta_3 \cdot \text{Exportações} + \beta_4 \cdot \text{Importações} + \beta_5 \cdot \text{Taxa de câmbio} + \beta_6 \cdot \text{Taxa de juros} + \beta_7 \cdot \text{Taxa de poupança} + \varepsilon_t$$

Variáveis utilizadas:

Variável dependente (Y_t): Consumo final em R\$ (milhões) no período de 1980 a 2008. Variáveis explicativas: *dummy* do Plano real (tendo valor zero de 1980 até 1994, e valor um de 1995 até 2008), receita tributária (receita do governo federal consolidada por unidades de federação), exportações (FOB) em US\$ (milhões), importações (FOB) em US\$ (milhões), poupança e por fim, taxa de juros.

Resultados Principais

Nesta seção serão apresentados os principais resultados obtidos pelo modelo acima, a partir da análise da literatura econômica.

O Plano Real proporcionou uma série de mudanças no ambiente macroeconômico. Desta forma, considerando que a *dummy* para o plano capta a significância e o efeito das variáveis, são feitas algumas combinações para tentar avaliar a influência das mesmas sobre o consumo.

Tabela 2 - Influência da Inflação no Consumo Final

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
IPCA defasado	-514,2011	0,007***

*** significante a 1%

O resultado da tabela 2 é compatível com a idéia de que os agentes tentam manter um padrão de consumo estável ao longo do tempo. Ou seja, como no período anterior a inflação maior resultou em maiores gastos, no período corrente os indivíduos vão tentar estabilizar seu padrão, ajustando suas decisões.

Já na tabela abaixo, quando acrescentamos a poupança, percebemos uma relação positiva com o consumo. Isto porque quanto maior a poupança de uma parte da população, maior a quantidade de moeda disponível para crédito, aumentando as possibilidades de consumo. Ressaltando que os indivíduos fazem constantemente uso dos mecanismos de poupança e despoupança para manter um padrão constante.

Tabela 3 - Influência da Inflação e Poupança no Consumo Final

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
IPCA defasado	-99,75009	0,029**
Poupança	4,325373	0,000***

*** significante a 1% ** significante a 5%

Na tabela 4, temos como resultado importante a influência positiva das exportações no consumo final, evidenciando que um aumento das exportações resultaria num aumento do consumo, provavelmente devido ao efeito sobre a produção e, conseqüentemente, sobre o emprego, acarretando em maiores níveis de consumo.

Tabela 4 - Influência da Inflação e Exportações no Consumo Final

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
IPCA defasado	-233,552	0,002***
Exportações	16,40339	0,000***

*** significante a 1%

Tabela 5 - Influência da Inflação, Exportações e Importações no Consumo Final

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
IPCA defasado	-152,8154	0,045**
Exportações	9,947438	0,005***
Importações	10,01489	0,04**

*** significante a 1% ** significante a 5%

Na tabela 5 inseriu-se as importações, que assim como as exportações também têm influência positiva sobre o consumo, pois mesmo que de forma indireta, tem como finalidade o consumo. No Brasil, por exemplo, uma parte importante da pauta de importações é composta de bens de capital, fundamentais para o aumento da produtividade das empresas, que para Smith (1983) só seria justificado para atender os interesses dos consumidores.

Temos também, na tabela abaixo, uma combinação entre inflação defasada, exportações, importações e poupança no consumo final. Entretanto, é possível perceber que a inflação defasada perde a significância na análise, enquanto que a influência das exportações sobre o consumo é negativa, isto porque no primeiro momento há um aumento das importações, permitindo a melhora da produtividade das empresas, criando bases para num segundo momento aumentar as exportações. De outro lado, a influência da poupança no consumo é positiva, isto é, quando uma parte da população poupa, outra parte tem maiores possibilidades de consumo através do crédito.

Tabela 6 - Influência da Inflação, Exportações, Importações e Poupança

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
IPCA defasado	50,71793	0,231
Exportações	-10,60315	0,000***

Importações	9,190288	0,000***
Poupança	5,748826	0,000***

*** significante a 1%

Nas tabelas a seguir serão feitas algumas combinações entre as variáveis, considerando a *dummy* para o Plano Real, de forma a evidenciar a importância do mesmo para a criação de um novo momento na economia brasileira.

A tabela 7 mostra uma relação positiva entre exportações e consumo final, isto é, um aumento das exportações teria efeitos sobre a produção e emprego, influenciando positivamente o consumo. Já as importações têm influência negativa no consumo final, possivelmente porque ao longo dos anos 1990 o Brasil passou por um processo de abertura comercial, permitindo aos consumidores maiores possibilidade de comprar bens e serviços produzidos no exterior. Esse movimento foi acentuado durante o Plano Real devido à sobrevalorização cambial.

Por fim, a relação entre poupança e consumo é negativa, mostrando que um aumento da poupança, ocasionaria uma redução no consumo final, corroborando que o consumo é função das decisões intertemporais.

Tabela 7 - Influência do Plano Real, Exportações, Importações e Poupança

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
	Plano Real (<i>dummy</i>)	
Exportações	19,80098	0,000***
Importações	-17,01945	0,006***
Poupança	-22522,04	0,058*

*** significante a 1% * significante a 10%

Tabela 8 - Influência do Plano Real, Exportações, Importações, Poupança, Câmbio e Juros

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
	Plano Real (<i>dummy</i>)	
Exportações	11,15126	0,001***
Importações	-1,570565	0,725
Poupança	-7508,132	0,083*
Taxa de câmbio	150988,6	0,013**
Taxa de Juros	-291,0309	0,095*

*** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 1%

Na tabela acima, quando adicionamos a taxa de câmbio e de juros, as importações perdem a significância na análise. Assim, a taxa de câmbio tem influência positiva no consumo final, isto porque quanto maior a taxa de câmbio, maior será o consumo de bens e serviços no mercado interno em detrimento ao mercado externo. Temos também o efeito negativo da taxa de juros no consumo final. Ou seja, a taxa de juros mais elevada desestimula o crédito, influenciando negativamente o consumo final.

Já na tabela 8, quando retiradas as importações, as outras variáveis ganham significância e continuam apresentando os mesmos efeitos já ditos sobre o consumo.

Tabela 9 - Influência do Plano Real, Exportações, Importações, Câmbio e Juros

Consumo final	Coefficiente	Estatística t
	Plano Real (<i>dummy</i>)	
Exportações	10,45466	0,000***
Poupança	-7155,364	0,064*
Taxa de câmbio	165967,3	0,000***
Taxa de Juros	-251,4705	0,031**

*** significante a 1% ** significante a 5% * significante a 10%

Conclusão

As evidências demonstradas neste trabalho corroboram a hipótese de que a partir do Plano Real houve uma mudança no padrão de consumo dos brasileiros, devido à redução das taxas de inflação, que permitiu aos agentes o controle das suas decisões e favoreceu as classes de renda mais baixa, que não tinham acesso aos instrumentos de proteção contra a constante perda do poder de compra. Além disso, o Plano Real permitiu o restabelecimento dos mecanismos de crédito.

É importante ressaltar que segundo Hall (1978), num ambiente inflacionário, o comportamento esperado do consumidor, que maximiza sua função de bem-estar, consistiria em privilegiar o consumo presente em detrimento ao consumo futuro. Contudo, no Brasil durante a década de 1980, em que a inflação chegou a atingir mais de 2000% a.a., ocorreu um aumento nos níveis de poupança como proteção contra as perdas inflacionárias.

Os dados analisados sugerem que o consumo privado caiu no decorrer dos anos 80, como reflexo do período recessivo que o país estava vivendo. Entretanto, a partir da estabilização, viabilizada pelo Plano Real, o consumo privado segue uma trajetória ascendente. Isto porque houve um aumento da demanda por bens de consumo, de um lado, em razão do favorecimento camada da população de renda mais baixa com demanda reprimida e alta propensão marginal a consumir. E, de outro, o crédito, que teve influência positiva tanto para as classes de renda mais alta como para as de baixa renda.

O trabalho de Campbell e Mankiw (1989) considera que uma parte da população consome segundo a Teoria da Renda Permanente (TRP), ou seja, tenta manter um padrão de consumo estável ao longo do tempo, através dos mecanismos de poupança e despoupança, tomando por base a renda permanente. Enquanto outra parte segue a regra de bolso, isto é, consome com base na renda corrente, provavelmente devido à restrição ao crédito.

Gomes (2003) e também Reis *et al.* (1999) estimam que no Brasil cerca de 80% da renda pertence à consumidores restritos ao crédito. Desta forma, podemos concluir que parte significativa da população consome baseada na renda corrente, afetando a formação de poupança. Além disso, as políticas que afetam a renda têm impacto direto sobre o consumo, ao passo que medidas que reduzem a restrição ao crédito podem ter efeitos consideráveis no consumo.

A estabilização da economia permitiu a restauração dos mecanismos de crédito, como o alargamento dos prazos de pagamento e a facilidade de obtenção. O que se observou foi a expansão do crédito no período, apesar das altas taxas de juros e medidas restritivas adotadas pelo Banco Central. Porém, a partir de 1995, tais medidas restritivas somadas do aumento das taxas de inadimplência, contágio das crises internacionais, aumento da dívida pública e taxas de juros crescentes afetaram negativamente a oferta de crédito ao setor privado.

Depois de uma série de planos frustrados, o Plano Real teve sucesso em baixar as taxas de inflação e papel decisivo na retomada do crescimento da economia brasileira. Entretanto, reconhece-se que ainda perdura uma série de desafios a serem superados. Atualmente o consumo representa mais de 70% do PIB, podendo ser considerado um dos componentes de maior influência. Torna-se fundamental avaliar os impactos do consumo elevado para o crescimento econômico sustentado de um país, podendo ampliar o escopo para estudos futuros.

Referências

- ALÉM, A.C. *et al.* **O Aumento do Investimento: o desafio de elevar a poupança privada no Brasil.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev801.pdf>> Acesso em: 12 maio 2011.
- BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil pós-real: a política econômica em debate.** Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- CARVALHO, F. *et al.* **Economia monetária: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CASTRO, G.L. **Consumo, Rendimento Disponível e Restrições de Liquidez.** Boletim Econômico Banco de Portugal, pp. 73 – 83. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/root/publish/bolecon/docs/2006_2_3_p.pdf> Acesso em: 10 maio 2011.
- FLAVIN, M. **The Adjustment of Consumption to Changing Expectations About Future Income.** Journal of Political Economy, 89(5):974-1009.
- GOMES, F. A. R. *et al.* **Principais Características do Consumo de Duráveis no Brasil e Testes de Separabilidade entre Duráveis e Não-Duráveis.** *Revista Brasileira de Economia*, n.59, p. 33-60. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/892/78>> Acesso: 10 maio 2011.
- GOMES, F. A. Consumo no Brasil: Teoria da Renda Permanente, Formação de Hábito e Restrição à Liquidez. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n.3, p. 381-402, Jul. - Set. 2004.
- IPEADATA: base de dados. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 12 maio 2009.
- LOPREATO, F. L. C. **Um olhar sobre a política fiscal recente.** *Economia e Sociedade*, Campinas, V.11, n. 2 (19), p. 279-304, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V11-F2-S19/05-Lopreato.pdf>> Acesso: 10 abril 2011
- MANKIW, N.G. **Macroeconomia** . Rio de Janeiro: LTC, 1995.
- MODIANO, E. A ópera dos três cruzados:1985-1989. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989.** São Paulo: Campus, 1990.
- NAKANO, Y. As fragilidades do Plano Collor de estabilização. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, abril 1991.
- NETO, V. B. A. *et al.* **Tributação da Renda e do Consumo no Brasil: Uma Abordagem Macroeconômica.** *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.33 N.1, pp.5-42, jan.- mar. 2003.
- OLIVEIRA, G. e TUROLLA, F. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas.** *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 195-217. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a08v15n2.pdf>> Acesso em: 20 maio 2011.
- OLIVEIRA, G. **Análise do spread bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003).** 2004. 122f. Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Estudos Pós-Graduados em

Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.

OREIRO, F.D.R. **Os Micro-Fundamentos do Consumo o: de Keynes até a Versão Moderna da Teoria da Renda Permanente.** In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio Grande do Sul: UFRS, 1999. p. 1-20.

PAULA, L. F. Bancos e Crédito: A Abordagem Pós-keynesiana de Preferência pela Liquidez. **Revista de Economia**, Paraná, n.2, p. 81-93, jul.- dez. 2006.

RANGEL, I. **A Inflação Brasileira.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

REIS, E. *et al.*. **Renda Permanente e Poupança Precaucional:** Evidências Empíricas para o Brasil no Passado Recente. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 28(2), p. 233-272. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/706/646>> Acesso em 10 maio 2011.